

17 JAN 1987 ANC - pag 4

Constituintes terão apoio de assessorias

ESTADO DE SÃO PAULO

ANC 88
Pasta 11 a 19
Jan/87
002

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os 487 deputados e 72 senadores que compõem a Assembléia Nacional Constituinte estarão mais bem assessorados para o desempenho de suas tarefas do que seus antecessores responsáveis pela elaboração de todas as demais Constituições do País. A julgar pela ação conjunta desenvolvida pelo Senado e Câmara, para a harmonização dos respectivos serviços administrativos e técnicos, um complexo de 180 assessores parlamentares atuará preferencialmente em função da Constituinte e, de maneira complementar, na rotina de funcionamento das duas Casas do Congresso.

Essa assessoria do Senado e da Câmara, no segundo semestre deste ano, integrou grupos de trabalhos constituídos separadamente para selecionar os temas que, se supõe, vão centralizar os debates da Constituinte em todas as áreas do saber: entre eles, o grau de intervenção do Estado na economia, uso e destinação da terra, sistemas de governo, com a opção entre parlamentarismo e presidencialismo, unicameralismo ou bicameralismo, conceitualização e execução da política de segurança nacional.

O Prodasen, Banco de Dados do Senado, tratou de ampliar o estoque disponível, notadamente em função dos temas mais polêmicos, paralelamente, a diretoria de edições especiais está desde já abastecendo os senadores de bibliografia diretamente ligada à elaboração constitucional, sendo o mais recente exemplo

Ulysses não abre mão das presidências

O deputado Ulysses Guimarães não abre mão de presidir a Câmara dos Deputados e a Assembléia Nacional Constituinte e diz o porquê: "Evitar que demore a elaboração da Carta e surja o tumulto". No entanto, ele se incomoda quando dizem que seu desejo é "acumular cargos". O presidente do PMDB afirma que o problema não tem sido focalizado como deveria, pois não é necessário saber se alguém acumula cargos, mas sim criar condições para que os trabalhos da Constituinte sejam rápidos.

Ulysses defende a idéia de que "é necessário uniformizar as Casas", desde o momento em que "a Nação decidiu economizar", ao não criar espaço próprio para a Assembléia Constituinte, dependendo dos funcionários e dos meios de atuação da Câmara e do Senado. Expostos seus argumentos, o deputado paulista se irrita quando o acusam de querer monopolizar presidências. "Não estou postulando nada, não procurei ou aliei ninguém, nem telefonei para ninguém procurando apoio para presidir a Constituinte. Isto é dito desde os tempos que fui candidato indireto à Presidência da República". Sua intenção é "evitar que a Constituinte se transforme em um substantivo político, desses que existem tanto neste país, abstrato, isto é, que não existe".

Se Ulysses Guimarães voltar a se eleger presidente da Câmara dos Deputados, automaticamente manterá sua posição de vice-presidente da República, assumindo em caso de impedimento do presidente Sarney. O deputado acha que também nesse particular se exagera um pouco ao acusá-lo de colecionar cargos. "Existem pessoas que não têm conhecimento dos mecanismos políticos deste país e a impressão de que para exercer a Presidência da República o cidadão vem todo dia ao Palácio, às oito ou nove horas, assina o ponto, ao meio-dia vai almoçar, volta e vai jantar. Na verdade, o vice quase nem tem oportunidade de assumir, e quando substitui o presidente fica dois, três ou quatro dias apenas. Não é função permanente".

O presidente do PMDB e da Câmara dos deputados garante que vai estudar a tese lançada pelo senador eleito Mário Covas, para que o Congresso (Câmara e Senado) funcione alguns dias da semana e a Constituinte em outros.

deste trabalho o pacote contendo 18 volumes, entre os quais Constituições Antigas, Constituições comparadas, o projeto de Constituição elaborado pela Comissão Afonso Arinos e os regimentos internos do Senado e do Congresso.

Os diretores gerais do Senado, Lourival Zagonel dos Santos, e da Câmara, Ademar Sabino, estão convencidos de que, pela antecedência com que estas questões foram tratadas, não haverá problemas no que diz respeito à massa de informações à disposição dos constituintes, inclusive no que diz respeito à qualidade e ao pessoal especializado para o seu manejo. O mesmo pode ser dito com relação às acomodações físicas dos parlamentares. Na Câmara, existe um déficit de 55 apartamentos e as avaliações indicam que ele poderá ser suprido com acomodação em hotéis dos deputados que, pelo menos na fase inicial do mandato, não têm o hábito de passar os fins de semana em Brasília.

No Senado, haverá, pelo menos, dois apartamentos sobrando, possivelmente três. E que os senadores eleitos por Brasília, Meira Filho (PMDB) e Maurício Correa (PDT), já comunicaram que não farão uso dos imóveis funcionais a que têm direito; e Pompeu de Sousa (PMDB) está inclinado a fazer o mesmo.

Gabinetes de trabalho não faltam, nem na Câmara nem no Senado. Uns maiores, outros menores, alguns próximos, outros distantes dos plenários, mas haverá para todos. Espera-se que haja um acordo entre os interessados.

Senadores não querem fim do bicameralismo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os senadores Nelson Carneiro e Humberto Lucena, ambos do PMDB e postulantes à presidência do Senado, disseram ontem que a manutenção do bicameralismo é condição essencial para que a federação seja preservada. Tanto o representante do Rio de Janeiro quanto o da Paraíba argumentaram que o eventual desaparecimento do Senado abriria o caminho para o fortalecimento desmedido de Estados já política e economicamente poderosos, em detrimento à grande maioria das unidades federativas que se encontram, exatamente, na situação oposta.

Nelson Carneiro reconheceu que o Senado precisa ser fortalecido a partir da respeitabilidade que consiga projetar junto à opinião pública e para isto terá, não só de dar exemplos de competência e probidade administrativa — "isto aconteceu na gestão do presidente José Fragelli" —, mas também readquirir prerrogativas perdidas e incorporar outras, entre elas, o poder de participar, efetivamente, na formulação e fiscalização da política externa.

O senador fluminense anunciou que defenderá o parlamentarismo, na Assembléia Nacional Constituinte, e que defende a eleição direta do presidente da República, a quem incumbiria a indicação do Primeiro Ministro, que poderia ser tentada uma segunda vez se a Câmara rejeitasse a primeira.

Carneiro vê com reservas o mecanismo clássico do parlamentarismo que consagra a dissolução do Congresso, seguido de novas eleições em trinta dias. Entende que tal sistemática poderia trazer transtornos à administração e mesmo à atividade produtiva do País. O senador paraibano julga que, de uma forma ou de outra, o parlamentarismo terá de ser implantado, e defende o voto distrital como condição indissociável do sistema, e moralizadora das eleições.

Nelson Carneiro lembra que existe em tramitação projeto de iniciativa do senador, hoje ministro, Jorge Bornhausen, que em seu entendimento se ajusta às conveniências do País, na medida em que considera as suas peculiaridades para promover a transição do presidencialismo, autoritário e concentrador de poderes; para o parlamentarismo das decisões compartilhadas e descentralizadas.